



DESIGUALDADE ENTRE RICOS E POBRES NO ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL RURAL E URBANO

**MARLON GOMES NEY; AILTON MOTA DE CARVALHO;
PAULO MARCELO SOUZA;**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE
DARCY RIBEIRO**

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ - BRASIL

marlonney@uenf.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

**Desigualdade entre ricos e pobres no acesso à educação no Brasil
rural e urbano**

Grupo de Pesquisa: Políticas Sociais para o Campo

Resumo:

Estudos destacam a existência de um forte efeito da desigualdade de oportunidade educacional na reprodução do elevado nível de desigualdade de renda no Brasil. Neste artigo, é analisada a desigualdade de oportunidade educacional no meio rural e urbano, utilizando um modelo de aquisição de educação que define graficamente a proporção de jovens em domicílios pobres, intermediários e ricos que completou cada nível de escolaridade. Os resultados revelam que as dificuldades para a democratização do acesso ao ensino são bem maiores no meio rural, onde a evasão escolar dos jovens pobres é muito mais rápida no ensino fundamental do que nas áreas urbanas.

Palavras-Chaves: educação, desigualdade de oportunidade, meio rural, meio urbano.

Abstract:

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Several studies in Brazil show a strong effect of educational inequality opportunity on earning concentration. This paper analyses educational inequality opportunity in Brazilian rural and urban areas using a schooling attainment profile which defines graphically the proportion of young people on poorest, middle and richest families that conclude each schooling grade. The results show that the difficulty to decrease wealth gap at education are much bigger in rural areas, where drop-out among the poor is much faster on primary school than urban areas.

Key Words: education, inequality of opportunity, rural areas, urban areas, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A principal forma de aumentar o grau de escolaridade de uma sociedade é elevando a frequência escolar e o tempo de permanência das crianças e jovens nas escolas, algo que, no Brasil, é considerado essencial para a redução da desigualdade de rendimentos. Um problema grave a ser enfrentado pelo país é a desigualdade de oportunidade educacional que, ao dificultar o acesso da população mais pobre a níveis elevados de educação, não só restringe a expansão do ensino, como também gera heterogeneidade educacional.

Os efeitos de um processo de expansão da educação na distribuição da renda são bastante complexos e nem sempre contribuem para a redução da desigualdade de rendimentos. Se a escolaridade da população é baixa, ele tende a aumentar a heterogeneidade educacional da população, pois as pessoas beneficiadas pela educação adicional geralmente são de gerações mais recentes e irão conviver com indivíduos mais velhos e com pouco estudo (Menezes-Filho, 2001). Além disso, como nem todos os jovens se beneficiam da mesma forma da expansão do ensino, ela também pode aumentar a desigualdade na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho e, dada a relação entre educação e renda, produzir futuras desigualdades de rendimentos.

O objetivo principal deste artigo é analisar o nível de desigualdade de oportunidades educacionais no meio rural. Para ser mais específico, construiremos um modelo de aquisição de educação que mostra graficamente a proporção de jovens brasileiros com 18 e 19 anos de idade que concluíram cada ano de escolaridade, conforme três grupos econômicos: o dos mais pobres, o intermediário e o dos relativamente ricos. Uma grande vantagem do modelo está na sua capacidade de apresentar, dentro de cada grupo, o grau de evasão escolar em diferentes níveis de ensino, contribuindo para o diagnóstico dos problemas de acesso à educação no país.

Na próxima seção, será analisado o efeito da escolaridade no nível de desigualdade de renda no Brasil, procurando apresentar argumentos que sugerem a necessidade de se estudar o nível de investimento em educação por parte da população pobre rural. Mostraremos a existência de uma enorme desigualdade de oportunidade educacional no país, que, ao restringir o acesso da população mais pobre às escolas, gera um processo de transmissão intergeracional da pobreza. Na medida em que a disponibilidade de recursos privados familiares é um fator predominante na determinação do desempenho educacional das pessoas ainda em fase escolar, quem vive em família pobre tende a se tornar um adulto com pouca escolaridade, dispondo de uma mão-de-obra com baixa produtividade e mal remunerada. Dessa forma, não só será discutido o sentido de causalidade educação-rendimento, como também sua relação em sentido inverso: renda-educação.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

A seção 3 define a base de dados utilizada na pesquisa, composta pelas informações coletadas na pesquisa amostral do Censo Demográfico 2000. Na coleta das informações do censo, o IBGE utilizou dois modelos de questionário. O primeiro foi o questionário básico, contendo perguntas referentes às características investigadas para toda população. O segundo questionário foi aplicado apenas nos domicílios selecionados para a realização de uma pesquisa amostral, na qual, além das variáveis investigadas no questionário básico, procurou-se obter outras informações sobre características dos domicílios e de seus moradores referentes a temas como escolaridade, trabalho e rendimento, fundamentais para nosso estudo.

Na seção 4, será estudado o nível de desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino e sua influência na heterogeneidade educacional e na taxa de retorno da escolaridade, dois determinantes diretos do efeito da educação na distribuição da renda. No meio rural, o acesso ao ensino médio e superior é quase restrito aos filhos de pais ricos. A evasão escolar dos filhos de famílias de baixa renda é alta logo nos primeiros anos de escolaridade e mantém-se elevada durante todo o ensino fundamental. Muitos ainda chegam à maioridade sem sequer ter completado o primário.

2. EDUCAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

O nível de pobreza, quando analisado exclusivamente pelo critério de insuficiência de renda, está subordinado a dois determinantes diretos: a concentração dos rendimentos e a escassez agregada de renda¹. Se fixarmos a renda média, é claro que a maior desigualdade estará associada a um maior grau de pobreza. A concentração da renda no Brasil, uma das mais altas do mundo, tem sido assim um componente decisivo para que a participação da população pobre na população total do país seja superior à participação encontrada nos países com renda *per capita* similar à brasileira (Barros *et alii*, 2001a).

Nesse sentido, é importante conhecer os efeitos dos fatores condicionantes da desigualdade de renda no Brasil, para que se possa discutir melhor o desenvolvimento de políticas favoráveis a uma maior equidade. Pode-se observar, na literatura, a presença de alguns fatores estruturais que, durante as últimas décadas, têm contribuído para manter a concentração dos rendimentos sempre em níveis muito elevados: a heterogeneidade educacional entre pessoas, a discriminação por sexo e cor, a distribuição da riqueza, os contrastes de desenvolvimento entre regiões e as desigualdades intersetoriais. Entre os determinantes da desigualdade de renda no país, a educação tem se destacado, desde os anos 70, como o mais importante (Langoni, 1973, Fishlow, 1973, Barros *et alii*, 2000, Hoffmann, 2000, Ramos e Vieira, 2001).

As disparidades de rendimentos, causadas pela educação, advêm das diferenças existentes entre os indivíduos quanto aos seus atributos produtivos, geradas principalmente no período da infância e da adolescência, fase em que se acumula capital humano. Quando uma população tem muito pouca escolaridade, a qualidade da força de trabalho geralmente é baixa e homogênea. Em caso extremo, a maioria dos trabalhadores é analfabeta ou só tem o primário. Por outro lado, há sociedades que se encontram em um patamar educacional muito

¹ O conceito de pobreza pode abranger outras variáveis, como a carência de serviços básicos: saneamento, educação e saúde, entre outros.



elevado e grande parte da população tem curso superior. Nos dois casos extremos, haveria baixa heterogeneidade educacional e, por conseguinte, tenderia a existir pouca disparidade de renda (ver Barros *et alii*, 2002).

O perfil educacional da população brasileira não se encontra em nenhuma dessas duas situações extremas. Ele está situado em um nível intermediário de escolaridade, caracterizado por uma desigualdade educacional elevada². Segundo os dados do último censo demográfico, do total de brasileiros com 25 anos ou mais de idade, cerca de 15% são analfabetos ou não completaram o primeiro nível de escolaridade, 18% concluíram a 1ª série, mas não conseguiram avançar e terminar a 4ª série, ao passo que 13% terminaram apenas o ensino fundamental, e 23% concluíram todo o ensino médio.

Além da heterogeneidade educacional, é possível identificar outra razão imediata para o enorme poder explicativo da educação na desigualdade de rendimentos: a taxa de retorno da escolaridade. Quanto maior for seu valor, maiores serão os diferenciais de rendimentos condicionados por um determinado nível de desigualdade educacional. No Brasil, pesquisas revelam não só uma grande disparidade entre os níveis de escolaridade das pessoas, como também a existência de um forte efeito da educação no rendimento. Hoffmann (2001), por exemplo, ajustou equações de rendimentos aos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, utilizando os mesmos fatores analisados por Ramos e Vieira (2001) e incluindo as variáveis tempo semanal de trabalho e situação de domicílio (se o domicílio é rural ou urbano). Sua estimativa indica que cada ano adicional de estudo provoca um crescimento de 10,7% na renda esperada.

O efeito da educação na renda dos brasileiros, no entanto, não é linear e se intensifica no ensino médio, mais precisamente depois do 9º ano de estudo. Hoffmann e Ney (2004) ajustaram duas regressões de rendimentos para pessoas ocupadas em que, além de incluírem fatores usualmente considerados em equações de renda, introduziram uma variável destinada a captar a mudança na taxa de retorno da escolaridade a partir do 1º ano do ensino médio. Em uma regressão incluíram a variável posição na ocupação. Na outra não. Quando a variável é considerada, as taxas de retorno da educação estimadas até 9 anos e acima desse limiar são, respectivamente, 7,7% e 13,5%, para pessoas ocupadas na agricultura, e 6,3% e 15,8%, para pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. Se a posição na ocupação é excluída, as taxas sobem para 8,6% e 18,5%, na agricultura, e 7,4% e 17,3%, nas atividades não-agrícolas.

É possível que o efeito da escolaridade na desigualdade esteja superestimado em equações de rendimentos analisadas na literatura, porque elas não incluem alguns determinantes relevantes da renda, tais como dotação inicial de riqueza e origem familiar, além de outros condicionantes sobre os quais não há informações nas PNAD e nos Censos Demográficos. Caso algum deles esteja positivamente correlacionado com o desempenho educacional, o coeficiente da escolaridade captará parte de seu efeito sobre o ganho pessoal, ocasionando uma superestimação da influência da educação na renda e na desigualdade (ver Fishlow, 1973, e Hoffmann, 2000).

Ainda assim, como destacou Hoffmann (2000), embora haja de fato imperfeições nas estimativas, a educação é sem dúvida um dos principais determinantes da renda dos

² Pode existir situação em que a população de um país apresenta nível intermediário de escolaridade e a heterogeneidade educacional seja baixa. Isso acontece quando uma proporção muito alta da população tem nível intermediário de escolaridade, o que não ocorre no caso brasileiro.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

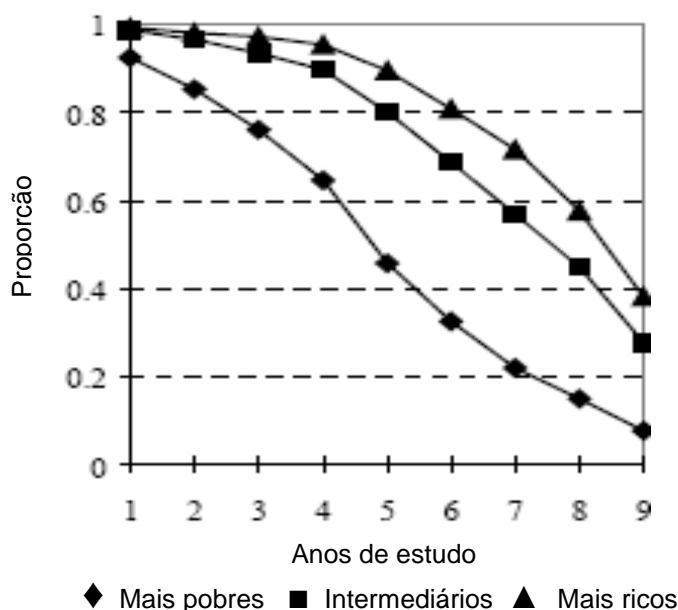
indivíduos, constituindo um caminho clássico de ascensão social. Independente das divergências sobre seu papel na redução da desigualdade, há consenso de que a promoção do ensino básico no país é condição necessária para o exercício pleno da cidadania e para a participação adequada das pessoas em uma economia moderna. Além disso, a educação é um determinante significativo do nível de produtividade e rendimento do trabalho, e os resultados dos estudos publicados desde os anos 70 apresentam evidências suficientes para que se possa destacá-la como um dos importantes fatores responsáveis pela conformação da renda no país. As imprecisões nas estimativas apenas mostram que elas são mais confiáveis como indicadores da forte influência da educação na concentração dos rendimentos do que uma fonte de informação precisa de seu efeito na desigualdade.

Se, por um lado, a desigualdade de renda pode ser resultado da heterogeneidade educacional e da taxa de retorno da escolaridade, por outro ela pode ser gerada quando o mercado remunera de forma diferenciada trabalhadores que são, a princípio, igualmente produtivos. Nesse caso, as disparidades de renda estariam associadas à discriminação por sexo e cor, bem como à segmentação por tipo de inserção no mercado, por região e por setor de atividade (Ramos e Vieira, 2001). No caso brasileiro, conforme já foi ressaltado, estudos coincidem em mostrar que o mercado desempenha uma função muito maior de revelar desigualdades preexistentes em termos de acúmulo de capital humano, tendo em vista que a educação tem sido identificada como a principal fonte de dispersão dos rendimentos.

As disparidades de renda geradas pela heterogeneidade educacional e pela discriminação e segmentação do mercado são frequentemente associadas a situações de maior ou menor grau de justiça social. As desigualdades causadas por preconceitos raciais ou sexuais, ou por desequilíbrios regionais e setoriais, são evidentemente consideradas indesejáveis do ponto de vista ético, social e econômico. Já as oriundas das diferenças de níveis de escolaridade entre pessoas são desses três pontos de vista justificáveis, caso não haja desigualdade de oportunidade educacional. Quando os indivíduos têm as mesmas oportunidades de estudar, toda a disparidade de renda gerada durante o período escolar, fase em que se acumula capital humano, torna-se resultado de suas distintas habilidades, interesses e ambições, não existindo influência de recursos privados (Barros e Mendonça, 1993).

Em países subdesenvolvidos como o Brasil, porém, onde o nível de desigualdade e pobreza é alto, o desempenho educacional tende a estar fortemente associado à condição socioeconômica da família de origem. A figura 1 mostra a proporção de jovens brasileiros com 15 a 19 anos de idade, residentes em domicílios mais pobres, intermediários e mais ricos, que concluíram cada ano de escolaridade. A desigualdade de oportunidade na aquisição de qualquer um dos nove primeiros anos do ensino básico é estimada pela *“diferença na proporção de cada grupo que completou o respectivo nível de educação”* (Filmer e Pritchett, 1998, p.25). Nota-se que as diferenças de oportunidades entre os grupos aumentam rápida e sistematicamente da 1^a até a 7^a série, chegando a valores muito elevados nos níveis mais altos de educação.

Figura 1.- Proporção de jovens de 15 a 19 anos que concluíram cada nível de escolaridade, conforme grupo econômico. Brasil, 1996.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Fonte: Filmer e Pritchett (1998).

As desigualdades de oportunidades educacionais geram dois problemas básicos para a redução da desigualdade de renda no Brasil. Elas produzem grandes diferenças na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho, tendendo a gerar futuras disparidades de rendimentos. Outro problema é que a pouca chance dos jovens mais pobres chegarem ao ensino médio limita a expansão da educação justo no nível em que sua taxa de retorno é maior. O efeito da escolaridade na renda depende do valor pago pelo mercado de trabalho a cada ano adicional de estudo, que é influenciado pela escassez relativa da oferta de mão-de-obra qualificada. Um crescimento mais significativo na proporção de trabalhadores com escolaridade alta no país, particularmente com mais de nove anos de estudo, contribuiria assim para a redução do retorno da educação. Por outro lado, o progresso tecnológico, na medida em que gera uma maior demanda por mão-de-obra muito qualificada do que por pouco qualificada, tende a aumentar o valor de mercado da educação.

Os estudos sobre distribuição de rendimentos comumente destacam o efeito da desigualdade de oportunidade educacional na geração e reprodução do elevado nível de concentração da renda no Brasil. Desde a década de 1970, diversos autores têm afirmado que a solução desse grave problema social passa necessariamente pelo desenvolvimento de políticas capazes de garantir o acesso dos mais pobres às escolas. Para Langoni (1973) e Fishlow (1973), por exemplo, havia, nos anos 70, uma clara tendência de os indivíduos originários de famílias pobres ingressarem mais cedo no mercado de trabalho e estudarem menos. Hoje podemos observar que, passados mais de trinta anos, as ações públicas não foram suficientes para fazer com que recursos privados familiares deixassem de ser fundamentais na determinação do nível de escolaridade das pessoas.

Portanto, a enorme heterogeneidade educacional no Brasil não é resultado apenas das diferentes habilidades, interesses e ambições naturais dos indivíduos. Ela também é, em boa medida, criada pela sociedade por meio de um poderoso mecanismo de geração de desigualdade de oportunidade educacional e de transmissão intergeracional da pobreza

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

(Barros *et alii*, 2001b). Como a disponibilidade de recursos familiares é fundamental na determinação do nível de escolaridade e da qualidade do aprendizado dos jovens e crianças, quem tem pais com baixo nível de escolaridade e rendimento possui grande chance de se tornar adulto com baixo desempenho educacional. E considerando que a educação é um dos principais fatores responsáveis pela determinação da renda no país, observa-se uma situação na qual prevalece a desigualdade de oportunidade e, por conseguinte, a transmissão intergeracional da pobreza.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A BASE DE DADOS E METODOLOGIA

O desenho amostral das PNAD tem o objetivo de possibilitar a expansão dos seus resultados para o Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e nove Regiões Metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Ele não garante a representatividade da amostra para níveis geográficos menores como mesorregiões, microrregiões e municípios (ver IBGE, 2002).

O Censo Demográfico de 2000 é, assim, a fonte mais recente de informações sobre as condições de vida da população nos municípios, constituindo instrumento indispensável para a análise de políticas de desenvolvimento mais eficazes e compatíveis com determinadas realidades locais. Neste estudo, utilizaremos os dados individuais (microdados) da pesquisa amostral do censo para as pessoas residentes em domicílio particular permanente. Como o nosso objeto principal de estudo é a população rural, optamos por excluir da amostra todos os indivíduos que moravam em domicílio particular improvisado ou coletivo. A localização da moradia de uma parte significativa desse grupo pode ser apenas casual e temporária, como é o caso de quem vive em hotéis, presídios, hospitais, orfanatos e trailers.

Para avaliar a condição de vida das pessoas, consideramos o valor da sua renda domiciliar *per capita*. O rendimento domiciliar é a “*Soma dos valores dos rendimentos nominais mensais, dos moradores do domicílio, expressa em reais (R\$), exclusive das pessoas consideradas na condição do domicílio como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos*” (IBGE, 2002, p.88). Todos estes últimos indivíduos foram então excluídos da nossa amostra e o valor do rendimento domiciliar *per capita* foi obtido dividindo-se o valor do rendimento mensal domiciliar pelo número de moradores do domicílio classificados como pessoa de referência, cônjuge, filhos, outros parentes e agregados.

São encontradas, na literatura, críticas à forma de delimitação das áreas oficialmente rurais e urbanas do Brasil, a qual diverge da prevalecente na grande maioria dos países e em todos aqueles de importância econômica igual ou superior à nossa. Na maioria dos países, os critérios utilizados para a demarcação são o número de habitantes da localidade, sua densidade populacional, ou a combinação das duas variáveis. No Brasil, ao contrário, se usa o critério da delimitação administrativa, que classifica como área urbana toda sede de município e de distrito, independente de seu tamanho e características socioeconômicas (Veiga, 2003). Todo o resto compõe as áreas rurais.

O resultado é que sedes e distritos de qualquer um dos 3.771 municípios com população urbana inferior a 10 mil pessoas, por exemplo, são consideradas zona urbana nos dados do IBGE, com estatuto legal de cidade igual ao atribuído às grandes cidades como São



Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Se fosse adotado o limite de 20 mil habitantes, parâmetro freqüente em organizações internacionais, seria rural toda a população urbana dos 4.591 municípios que estão abaixo desse patamar populacional (Ney, 2006). Para Veiga (2003) e Abramovay (2003), o surgimento de cidades de tamanho irrisório gera a idéia equivocada de que o nível de urbanização no Brasil teria atingido 81% da população no ano 2000.

Preferimos então adotar uma forma de delimitação do espaço rural-urbano diferente da oficial, em que combinaremos três critérios de demarcação: delimitação administrativa, contingente populacional e densidade demográfica. Primeiro classificar-se-á como população rural todas as pessoas cuja situação do domicílio está fora das áreas oficialmente definidas como urbanas no país, independente do tamanho da cidade que circunscreve. Ou seja, todas as áreas rurais no censo também serão aqui denominadas rurais. Nelas residem cerca de 31,4 milhões de pessoas.

Mas também vamos considerar rural parte da população oficialmente definida como urbana. Nos casos em que a população *urbana* do município é inferior a 20 mil habitantes, ela será considerada rural, exceto se a densidade populacional do município ultrapassar o limite de 60 hab/km². O espaço rural incluirá, portanto, parte das chamadas “cidades” no país, abrindo a possibilidade de se estudar algo que, entre nós, é uma contradição nos termos: as “cidades rurais” (Abramovay, 2003). O critério da densidade foi examinado porque uma característica fundamental das áreas rurais é a rarefação populacional e existem municípios com poucos habitantes e alta densidade demográfica. O limite de 60 hab/km² fixado está abaixo do valor encontrado no estrato de municípios com população oficial urbana de 100.000 a 149.999 habitantes (72,0 hab/km²), que já indicaria um razoável grau de urbanização (ver Ney, 2006).

Para o cálculo da densidade populacional nos 5.507 municípios existentes por ocasião do Censo Demográfico de 2000, foi necessário obter a área de cada município. Para 5.435 municípios foi utilizada a área do quadro territorial vigente em 01 de janeiro de 2001, homologado no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2002. Para os demais 72 municípios foram usadas as áreas publicadas na Sinopse Preliminar do Censo 2000, porque suas dimensões foram reduzidas para a instalação de 53 novos municípios em 2001. Entre esses municípios instalados, vale ressaltar, 52 tinham menos de 20 mil habitantes, 48 menos de 10 mil e 47 menos de 5 mil residentes. Pelo critério da delimitação administrativa, a população das sedes municipais e distritais criadas pelas novas prefeituras será classificada, no próximo censo, como urbana, independente de seu contingente populacional.

Essa metodologia empregada aumentou a população rural para cerca de 52,6 milhões de pessoas e reduziu o grau de urbanização do país para 68,7%. Mas o número de pessoas residentes no meio rural pode ainda estar subestimado. A maior parte da população rural continua definida pelo critério da delimitação administrativa, persistindo duas restrições importantes dos dados: *a-*) os espaços rurais e urbanos são demarcados pelos poderes públicos locais, para os quais o resultado fiscal do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) pode ser mais importante do que aspectos geográficos, sociais e econômicos³; *b-*) a extensão de serviços públicos básicos a um pequeno aglomerado populacional tenderá a defini-lo como urbano, mesmo se ele abranger algumas centenas ou dezenas de casas.

³ Enquanto o Imposto Territorial Rural (ITR) é recolhido pela União, o IPTU é exclusivamente municipal, o que estimula a expansão do perímetro urbano pelos poderes públicos locais.

Além dos problemas de natureza metodológica, o censo apresenta dados estranhos na cauda inferior e superior da distribuição da renda. Por um lado, existe um número significativo de domicílios em que o valor do rendimento total declarado é nulo. Ele não representaria grave problema se estivesse restrito às famílias com todos os membros desocupados, ou, se tivesse alguém ocupado, fosse em atividade muito mal remunerada. Em boa parte dos casos, porém, no domicílio vive pelo menos um membro *empregado* como militar do exército, delegado, juiz, médico, entre outras profissões cuja renda é alta. Por outro lado, há pessoas ocupadas em atividades de baixa remuneração, como de higiene, garçom, marceneiro e vigia, que informaram renda muito elevada, algumas até mesmo acima de R\$ 100.000 por mês, colocando novamente em dúvida se o valor do rendimento declarado corresponde ao recebido.

A fim de contornar os dois problemas e obter um conjunto de informações mais coerentes sobre as características da distribuição da renda, excluímos da amostra as pessoas com renda domiciliar *per capita* igual a zero e as com valor maior do que R\$ 30.000. Pela tabela 1 pode ser observada a evolução da amostra da população rural e urbana após o uso cumulativo das restrições.

Seguindo metodologia semelhante à de Filmer e Pritchett (1998), analisaremos o efeito da renda familiar no nível de escolaridade das pessoas, utilizando um modelo de aquisição de educação que define graficamente a proporção de filhos ou enteados, nos domicílios, com 18 e 19 anos de idade que completou cada nível de escolaridade ou mais. Foram excluídos aqueles sem informação sobre o nível de escolaridade no censo, ou que informaram ter concluído apenas o curso de alfabetização de adultos.

As estimativas são realizadas para todo Brasil, para as áreas rurais e urbanas, em três estratos (grupos) de renda domiciliar *per capita* delimitados por percentis: o dos mais pobres, intermediários e o dos mais ricos. O grupo dos mais pobres abrange apenas quem têm renda inferior ao valor do percentil 40, ou seja, os jovens que estão entre os 40% mais pobres da população. O grupo dos mais ricos são os que têm renda igual ou maior ao valor do percentil 80. Eles pertencem, portanto, aos 20% mais ricos do Brasil. O grupo “intermediário” são os 40% restantes da população (ver Ney, 2006).

Tabela 1.- Evolução da população após o uso cumulativo das restrições¹. Brasil, 2000.

Estatística	População rural			População urbana	Total
	Oficial	Cidades	Total		
População total	31.947.618 [4.872.096]	21.417.441 [3.407.101]	53.365.059 [8.279.197]	116.507.796 [11.995.215]	169.872.855 [20.274.412]
Exclusive domicílios improvisados e coletivos	31.471.905 [4.801.335]	21.234.680 [3.377.537]	52.706.585 [8.178.872]	115.743.908 [11.916.755]	168.450.493 [20.095.627]
Exclusive pensionistas e empregados domésticos	31.434.287 [4.795.726]	21.181.770 [3.369.627]	52.616.057 [8.165.353]	115.222.519 [11.864.180]	167.838.576 [20.029.533]
Exclusive domicílios com rendimento igual a zero	28.622.616 [4.372.604]	20.328.020 [3.236.226]	48.950.636 [7.608.830]	111.441.602 [11.470.734]	160.392.238 [19.079.564]
Exclusive domicílios com renda domiciliar per capita > 30.000	28.621.958 [4.372.518]	20.327.205 [3.236.106]	48.949.163 [7.608.624]	111.431.542 [11.469.699]	160.380.705 [19.078.323]

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

População com 18 e 19 anos de idade	897.003 [140.746]	634.308 [101.273]	1.531.311 [242.019]	3.567.379 [367.107]	5.098.690 [609.126]
-------------------------------------	----------------------	----------------------	------------------------	------------------------	------------------------

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Os valores entre colchetes se referem ao tamanho da amostra. Os demais representam a estimativa da população, obtida por meio do fator de expansão.

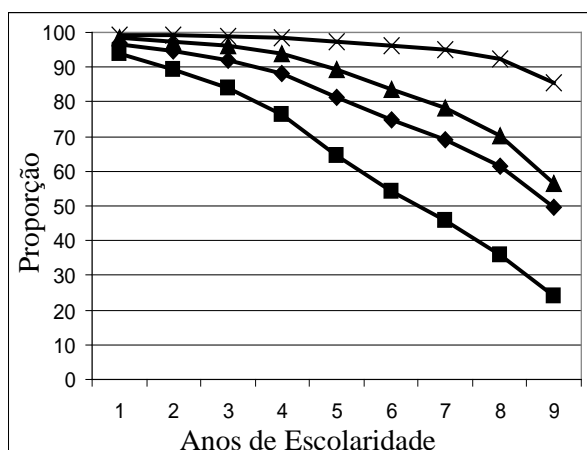
Embora nossas análises abranjam apenas as pessoas com 18 e 19 anos de idade, os valores dos rendimentos que demarcam cada estrato de renda foram definidos com base no universo de todos os indivíduos independente de sua idade, ou seja, conforme os dados da nona e décima linhas da tabela 1. Além disso, em cada situação de domicílio, os valores limites das rendas que separam os três estratos foram estabelecidos considerando-se apenas a sua população, e não a de todo o país: em todo o Brasil, R\$105,5 e R\$368,0, no meio rural, R\$60,0 e R\$175,5, no rural oficial, R\$50,0 e R\$150,0, nas cidades rurais, R\$79,0 e R\$230,0, e no meio urbano, R\$140,4 e R\$465,0 (ver Ney, 2006).

4. DESIGUALDADE DE OPORTUNIDADE EDUCACIONAL NO MEIO RURAL

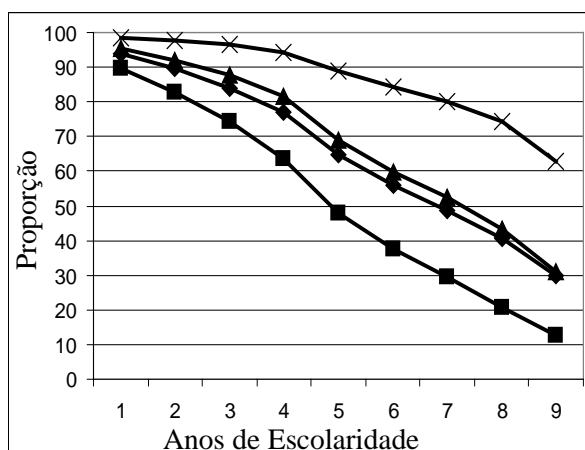
A figura 2 mostra os modelos de aquisição de educação, conforme situação de domicílio. A queda na proporção de jovens representa uma simulação do grau de evasão escolar entre diferentes níveis de escolaridade (Filmer e Pritchett, 1998)⁴. A diferença entre a proporção de jovens que completaram a 1ª série e a dos concluintes da 5ª série, por exemplo, estima a proporção de pessoas que abandonaram a escola entre a 1ª e 5ª série. Nos gráficos, o nível de evasão entre dois anos de escolaridade qualquer é representado pela distância vertical (eixo das ordenadas) existente entre eles.

Figura 2.- Porcentagem de jovens com 18 e 19 anos de idade que concluíram cada nível de escolaridade, conforme grupo econômico. Brasil e regiões, 2000.

Brasil



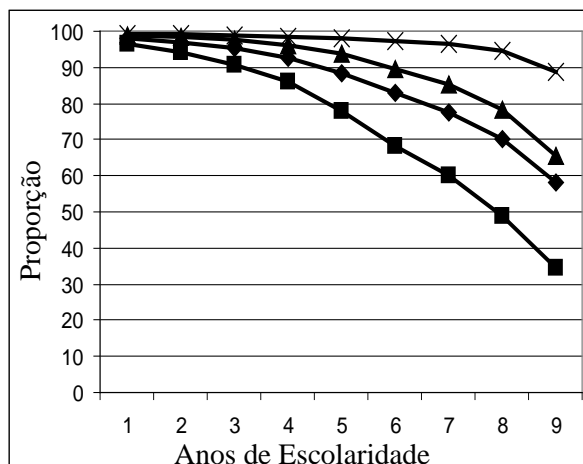
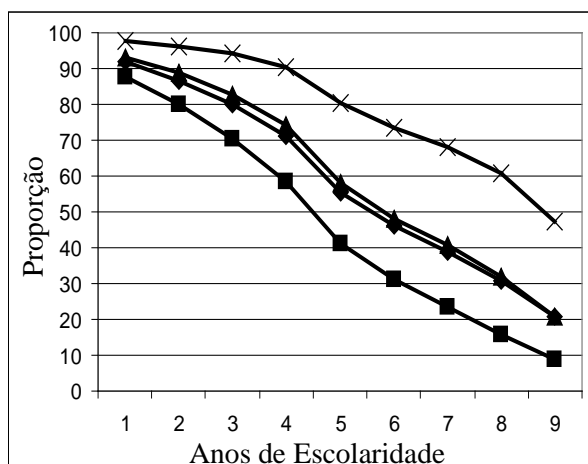
Todo rural



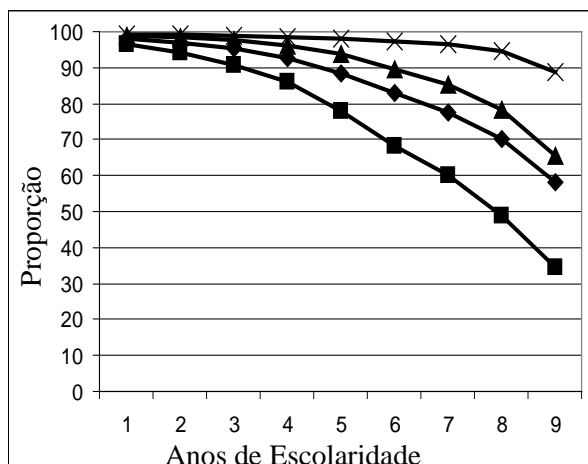
Rural oficial

Cidades rurais

⁴ Segundo Filmer e Pritchett (1998, p.10), "Isto é uma simulação porque nós não estamos observando o progresso das pessoas em todo o sistema de ensino, mas a aquisição de escolaridade dentro desta coorte".

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Todo urbano



◆ Total ■ Mais pobres
▲ Intermediários X Mais ricos

Fonte: Elaboração dos autores.

Nota: Consideramos “mais pobres” e “mais ricos” as pessoas que têm, respectivamente, renda menor do que o valor do percentil 40 e maior ou igual ao valor do percentil 80 da distribuição da renda. O grupo “intermediário” são os 40% restantes da população.

É importante destacar que a evasão escolar está, em alguma medida, superestimada no modelo. A escolaridade das pessoas é influenciada não apenas pelo abandono temporário ou definitivo das salas de aula, como também pelas altas taxas de reprovação escolar no país (IPEA, 2005). De qualquer maneira, um aspecto positivo do modelo é justamente o de captar o efeito desses fatores no nível de escolaridade dos jovens e crianças de famílias de baixa e alta renda, pois a condição socioeconômica familiar tende a influenciar as taxas de evasão e de reprovação escolar.

Na figura 2, pode se analisar a desigualdade de oportunidade na aquisição de cada ano de escolaridade existente entre os grupos econômicos. Nota-se que o acesso à 1ª série, no Brasil, é quase universal, sendo baixa a diferença entre a proporção de jovens relativamente pobres e ricos que completaram pelo menos um ano de escolaridade. O maior problema está na evasão escolar rápida e contínua no grupo dos mais pobres, que provoca um sucessivo aumento da desigualdade de oportunidade educacional. Quanto mais alta é a série escolar, maior é a diferença em comparação com os mais ricos. No grupo intermediário, o abandono nas séries iniciais é lento e se torna rápido apenas a partir da 4ª série, mas ainda assim em ritmo menor do que no grupo de mais baixa renda.

A desigualdade de oportunidade educacional no meio rural se diferencia da do meio urbano de duas maneiras. Primeiro que ela é bastante clara logo na 1ª série. Quando chegam à

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

maioridade, mais de 10% dos filhos de famílias que pertencem ao grupo dos mais pobres, nas áreas rurais, não completaram sequer 1 ano de escolaridade, ao passo que o percentual no grupo dos mais ricos é de cerca de 1%. Segundo porque, mesmo com uma evasão escolar significativa no grupo dos mais ricos durante o antigo ensino ginasial, o aumento da desigualdade entre as pessoas desse grupo e as dos mais pobres e intermediários, durante todo o ensino fundamental, é mais intenso do que no meio urbano. As diferenças de oportunidades, portanto, se explicam mais pelo abandono escolar muito rápido da população de baixa renda.

No meio rural, 20,9% dos jovens do grupo dos mais pobres, 43,3% do intermediário, e 74,3% dos mais ricos completaram o ensino fundamental. No primeiro grupo, a evasão escolar é alta tanto no antigo ensino primário quanto no ginásio, enquanto que no segundo e terceiro ela acontece principalmente no ginásio. Entre os mais pobres, do total de concluintes da 1ª série, 70,8% completaram a 4ª série, e dos que terminaram a 4ª série, 32,9% concluíram o ensino fundamental. Esses dois percentuais sobem, respectivamente, para 85,6% e 53,1%, no grupo intermediário, e para 95,6% e 78,8%, entre os mais ricos.

Nas áreas urbanas, a dificuldade de ingresso no ensino fundamental e de concluir o primário não representa um problema grave para quem vive em famílias de baixa renda. O abandono escolar acontece principalmente a partir da 4ª série, quando ocorre um aumento rápido e sucessivo da desigualdade de oportunidade educacional (ver figura 2). Quase todos os jovens de famílias de renda alta (94,6%) conseguem terminar o ensino fundamental. Do total de jovens do grupo dos mais pobres, 86,0% completaram o primário, mas menos da metade (48,8%) concluíram a 8ª série.

A desigualdade de oportunidade no meio rural, ao contrário do meio urbano, começa alta em níveis muito baixos de escolaridade, ainda no antigo primário, e se intensifica logo no primeiro ano ginasial. Mais da metade das pessoas com 18 e 19 anos de idade, no grupo dos mais pobres, sequer terminaram a 5ª série, situação que se torna ainda mais grave no rural oficial, onde a proporção é de quase 60%. Nesse sentido, a adoção de políticas que garantam uma maior democratização do acesso ao ensino logo nos primeiros anos de escolaridade é condição importante para a redução da concentração da renda rural. Existem, sem dúvida, outras políticas distributivas eficazes, como reforma agrária e garantia de acesso dos pobres ao crédito. Mas até mesmo seu sucesso está associado à melhoria na qualidade da força de trabalho da população de baixa renda.

Segundo Filmer e Pritchett (1998), quando se fala sobre a dificuldade de aumentar a aquisição de escolaridade dos mais pobres, a tendência é tratá-la como se fosse ocasionada pela escassez de escolas. Eles consideram, porém, pouco provável que a carência de estabelecimentos de ensino seja o principal problema enfrentado pela maioria dos países em desenvolvimento, porque diversos estudos concluem que a qualidade da educação representa hoje o maior obstáculo para a expansão da escolaridade da população de baixa renda. Por sua vez, os modelos de aquisição educacional, na maioria dos países analisados pelos autores, e particularmente no Brasil, mostram fatos consistentes com esta última hipótese.

A figura 2 pode ser usada para o diagnóstico dos problemas educacionais em todo o país, nas áreas rurais e urbanas, contribuindo com informações importantes para a elaboração de políticas públicas específicas no âmbito da educação. Primeiro, se uma criança começa a estudar e, logo no primário, abandona os estudos, o mais provável é que a evasão não tenha sido provocada pela escassez de escolas, porque elas oferecem, exclusivamente, o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, de 5ª a 8ª série, ou de 1ª a 8ª série (Ministério da Educação,

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

2003). No Brasil, cerca de 94% dos jovens pobres com 18 e 19 anos de idade concluíram a primeira série, ao passo que pouco mais de 75% terminaram o primário. O principal problema do ensino primário, portanto, é de abandono escolar e não de escassez de escolas.

O segundo ponto é que o modelo de aquisição educacional informa o nível de evasão escolar dos pobres entre o segundo e último ano do ensino primário, entre o fim do primário e o fim do primeiro ano do antigo ensino ginásial, e entre o primeiro e o último ano do ginásio. Se a oferta de educação de 5^a a 8^a série é muito escassa, a evasão observada na transição da 4^a para a 5^a será substancialmente maior do que a observada em cada uma das séries anteriores e posteriores a esse ponto de transição (ver Filmer e Pritchett, 1998). Nota-se que, no Brasil, a evasão do último ano do primário (4^a série) para o primeiro ano do ginásio (5^a série) é alta, mas também é elevada da 3^a para a 4^a série e durante todo o ensino ginásial.

A explicação dada por Filmer e Pritchett (1998) para níveis de evasão tão altos durante todo o ensino primário e ginásial é que os pobres estudam em classes com muitos alunos, sem material, com professores indiferentes e prédios deteriorados. Os pais não encontrariam, conseqüentemente, motivação para manter seus filhos na escola. Embora nossos dados sejam compatíveis com essa hipótese, é preciso reconhecer outras razões para o alto nível de evasão escolar no Brasil. Alguns pais com baixa escolaridade, independente da qualidade do ensino público oferecido, desconhecem a grande importância da educação como meio de ascensão social e não matriculam seus filhos. Além disso, existem casos de crianças em idade escolar obrigatória (de 7 a 14 anos) que não estudam ou sofrem de atraso escolar por causa da fome ou da necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família.

Barros *et alli* (2001b), ajustando regressões que têm como variável dependente a escolaridade das pessoas entre 11 e 25 anos, analisaram quatro determinantes do desempenho educacional: qualidade e disponibilidade dos serviços educacionais, atratividade do mercado de trabalho, disponibilidade de recursos familiares, e volume de recursos da comunidade em que o indivíduo vive. Seus resultados mostram que a disponibilidade de recursos familiares, medida pela renda familiar *per capita* e pelo nível de escolaridade dos pais, é o fator preponderante na determinação do desempenho educacional, com efeito substancialmente maior do que os demais fatores analisados.

Se o rendimento familiar e o apoio dos pais são de fato determinantes mais importantes do nível de escolaridade das pessoas do que a disponibilidade e qualidade dos serviços educacionais, uma política de democratização do acesso à educação não deve se resumir ao aumento da oferta do ensino público de boa qualidade. Ela também precisa incentivar a demanda da população de baixa renda por educação, enfrentando alguns fatores responsáveis por sua restrição, como a fome, necessidade do trabalho infantil para o sustento da família, ou pouco interesse dos pais em incentivar os filhos a estudarem.

Nesse sentido, a garantia de uma renda adicional para as famílias pobres com filhos matriculados e freqüentando regularmente as salas de aula, como uma bolsa-escola, pode incentivar os pais a mantê-los por mais tempo estudando, o que tende a contribuir para a democratização do acesso ao ensino no país. Sua eficácia poderia ser ainda maior se o valor da bolsa recebida dependesse do nível de atraso escolar da criança. Para ser mais específico, as famílias receberiam um prêmio (renda extra) para cada filho com idade considerada adequada aos diferentes níveis de ensino: 7 anos na 1^a série, 8 anos na 2^a série, e assim por diante. Outra possibilidade seria condicionar o valor da bolsa à aprovação do aluno no ano letivo anterior.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Como a desigualdade de oportunidade educacional cresce significativamente com o aumento do nível de escolaridade, mesmo que uma proporção elevada da população pobre ingresse no ensino fundamental, o acesso aos níveis de ensino médio e superior é bem mais provável para os jovens de famílias ricas (ver figura 2). Quando chegam à maioridade, menos da metade dos jovens brasileiros concluiu a 1ª série do ensino médio e apenas 25,8% completaram a educação básica (ver tabela 2). No grupo dos mais pobres, somente 23,9% dos jovens com 18 e 19 anos de idade têm o ensino médio completo ou incompleto e 6,9% completo, podendo finalmente tentar ingressar no ensino superior. No grupo dos mais ricos, esses dois percentuais sobem, respectivamente, para 85,4% e 60,0%.

Vale ainda ressaltar que, mesmo no caso das pessoas provenientes de famílias de baixa renda que conseguem chegar ao ensino médio e concluí-lo, sua educação é de pior qualidade. Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) têm mostrado um forte efeito do rendimento domiciliar na qualidade da formação básica dos alunos. Na medida que ele cresce, o desempenho dos participantes do ENEM, nas provas objetivas, melhora substancialmente.

A má qualidade da formação básica dos alunos de baixa renda dificulta sua entrada nas instituições públicas de ensino superior, cuja qualidade do ensino é considerada superior à das particulares e as vagas disputadas por alunos com renda alta, principalmente em cursos mais concorridos e que formam profissionais mais valorizados no mercado de trabalho. Os recursos familiares, por sua vez, muitas vezes não são suficientes para pagar uma faculdade privada, mesmo quando o custo da mensalidade é relativamente baixo.

No Brasil, essa baixa expectativa em se tornar um profissional graduado e ascender socialmente por meio do ensino superior é especialmente grave, porque ela reduz a motivação da população pobre a até mesmo investir na educação básica. Conforme pôde se observar na seção 2 deste artigo, a taxa de retorno para cada ano adicional de estudo no ensino superior é substancialmente maior do que a da educação básica e, principalmente, de nível fundamental. A possibilidade de cursar uma faculdade serve, conseqüentemente, como estímulo para que os pais mantenham seus filhos nas escolas.

Tabela 2.- Perfil educacional dos jovens com 18 e 19 anos de idades que residem no meio rural e urbano, conforme três grupos econômicos. Brasil, 2000.

Estatística	Escol. Média	<1	1 a 3	4	5 a 7	8	9 a 10	11	≥12
<i>Brasil</i>	7,8	3,2	8,8	6,7	20,0	11,7	23,8	22,6	3,1
Mais pobres	5,9	6,3	17,3	11,9	28,9	11,8	17,0	6,7	0,2
Intermediários	8,4	1,6	4,5	4,6	19,0	13,8	29,5	25,5	1,5
Mais ricos	10,1	0,7	1,0	0,9	5,1	7,0	25,3	47,8	12,2
<i>Todo rural</i>	6,2	6,3	16,8	12,3	24,1	10,7	16,7	12,0	1,1
Mais pobres	4,7	10,3	26,1	15,6	27,1	8,4	9,8	2,6	0,1
Intermediários	6,5	4,8	13,7	12,4	25,8	12,4	19,5	11,0	0,4
Mais ricos	8,7	1,4	4,2	5,4	14,7	11,6	25,1	32,9	4,7
<i>Rural oficial</i>	5,4	8,1	20,9	15,5	24,7	10,0	12,8	7,5	0,5
Mais pobres	4,2	12,1	29,5	17,0	25,5	7,1	7,0	1,7	0,0
Intermediários	5,6	6,9	18,8	16,4	26,0	11,2	14,1	6,5	0,2
Mais ricos	7,7	2,3	7,3	10,1	19,6	13,5	22,3	22,7	2,2
<i>Cidades rurais</i>	7,3	3,8	11,0	7,7	23,3	11,6	22,3	18,3	2,0
Mais pobres	5,8	6,3	18,7	11,4	30,4	11,1	16,6	5,4	0,2

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Intermediários	7,6	2,7	7,7	6,9	23,0	13,3	26,0	19,4	0,9
Mais ricos	9,6	0,9	2,1	2,0	9,7	9,2	26,2	42,1	7,9
<i>Todo urbano</i>	8,4	1,9	5,3	4,3	18,3	12,1	26,9	27,2	4,0
Mais pobres	6,9	3,5	10,5	8,1	29,1	14,3	23,2	11,0	0,3
Intermediários	8,9	1,1	2,7	2,6	15,2	13,0	31,5	31,5	2,4
Mais ricos	10,4	0,6	0,8	0,5	3,5	5,8	24,0	50,0	14,7

Fonte: Elaboração dos autores.

Se existe, no Brasil, uma grande restrição aos mais pobres alcançarem o ensino médio e superior, no meio rural ela é mais elevada e excludente (ver tabela 2). Quando chegam à maioria, apenas 12,5% dos jovens de famílias de baixa renda conseguem alcançar o ensino médio e 2,7% concluí-lo. A situação educacional torna-se ainda mais grave nas áreas oficialmente rurais do país, onde a incidência da pobreza é maior e a disponibilidade e qualidade de serviços públicos são menores se comparadas às das sedes dos municípios e dos distritos, que abrangem as cidades rurais e urbanas.

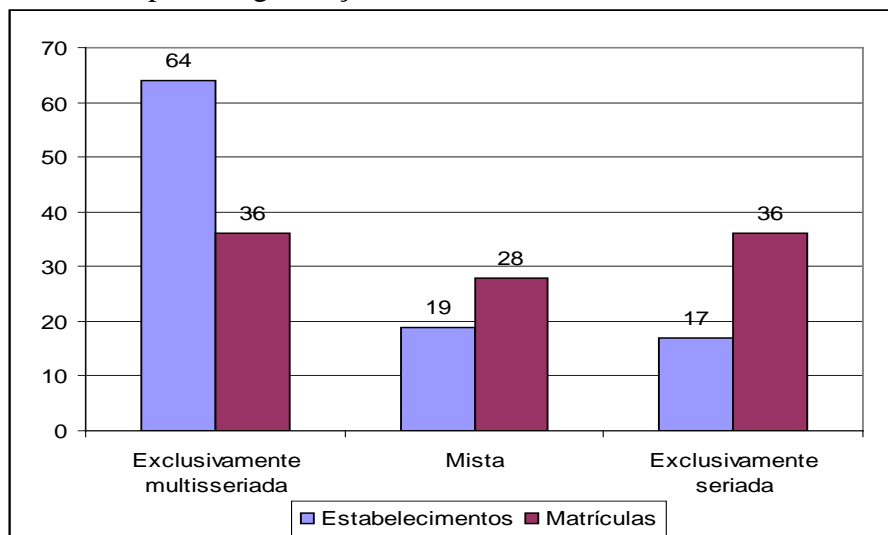
No meio urbano, o ingresso dos mais pobres no ensino fundamental é alto e a evasão escolar acontece principalmente a partir do primeiro ano do ginásio. Não há indícios de escassez de escolas com o nível primário e de grandes dificuldades de se concluir as quatro séries iniciais da educação básica. O abandono da 4^a para a 5^a série, por sua vez, é semelhante ao que ocorre em cada uma das três séries subsequentes, o que indica que a desigualdade de oportunidade é ocasionada principalmente pela queda da demanda por educação no ginásio, e não pela escassez de escolas com ensino de 5^a a 8^a série (ver figura 2).

O meio urbano abrange cerca de 70% da população brasileira. Os problemas educacionais indicados para todo Brasil refletem, conseqüentemente, menos a realidade do meio rural, onde as dificuldades encontradas para a democratização do acesso ao ensino são bem maiores. No grupo dos mais pobres das áreas oficialmente rurais, uma proporção expressiva dos jovens não tem sequer 1 ano de estudo, a evasão escolar é alta no ensino primário e ginásio e há um abandono mais acentuado na transição da 4^a para a 5^a série do ensino fundamental do que o observado nas séries seguintes. Considerando o mesmo grupo econômico nas cidades rurais, observa-se uma proporção elevada de ingressantes na educação básica, uma evasão escolar moderada no primário e alta a partir do primeiro ano do ginásio, e que não há um abandono mais acentuado na passagem da 4^a para a 5^a série (ver figura 2).

Nota-se que, se nas cidades rurais, assim como nas urbanas, não há indícios claros de escassez de escolas com o ensino fundamental de 1^a a 4^a série e de 5^a a 8^a série, o mesmo não pode ser dito em relação ao espaço rural situado fora das sedes e distritos municipais. Outro problema particular da oferta de educação, nas áreas oficialmente rurais, é a participação expressiva de escolas de pequeno porte e multisseriadas. Cerca de 70% das escolas com o ensino fundamental de 1^a a 4^a série atendem no máximo 50 alunos. Elas são responsáveis por 37% das matrículas no ensino primário. Quanto ao tipo de organização, 64% das escolas com o primário são exclusivamente multisseriadas⁵, 19% mistas e 17% seriadas. Elas respondem, respectivamente, por 36%, 28% e 36% das matrículas de 1^a a 4^a série (ver figura 3).

⁵ Escolas onde, em uma única turma, o professor tem de ministrar o conteúdo de 1^a a 4^a série.

Figura 3.- Distribuição percentual de estabelecimentos e matrículas do ensino fundamental de 1^a a 4^a série nas áreas oficialmente rurais, conforme tipo de organização. Brasil, 2002.



Fonte: Ministério da Educação (2003).

A sobrecarga de trabalho e as dificuldades enfrentadas por professores que, em uma única turma, têm de ministrar o conteúdo relativo às quatro séries iniciais do ensino fundamental, prejudicam a qualidade do ensino oferecido aos alunos. O tempo disponível para ensinar o conteúdo de quatro séries diferentes, em uma escola multisseriada, é o mesmo para passar o conteúdo de uma única série, em uma escola seriada. Dessa forma, ou o docente trabalha em ritmo considerado normal e deixa de passar todo o conteúdo exigido, ou acelera o ensino das matérias para cumprir o planejamento das disciplinas. No primeiro caso, os alunos não aprenderiam todas as matérias do primário. No segundo, podem ter dificuldade de aprendizado e não dispor do tempo necessário para aprimorar seus conhecimentos e “tirar dúvidas” com o professor.

A forte presença das escolas multisseriadas no meio rural é especialmente grave para a população de baixa renda. Ela não só dispõe de menos recursos para buscar uma melhor qualidade de ensino no meio urbano, como também sofre com a dificuldade de obter reforço escolar dentro de casa. Nas áreas oficialmente rurais, 90% das pessoas com 25 anos ou mais de idade que estão entre as mais pobres têm escolaridade menor ou igual à 4^a série do ensino fundamental (Ney, 2006). Com um nível de escolaridade tão baixo da população adulta, resta a grande parte dos alunos um único recurso de aprendizado: o professor com precária condição de trabalho. A expansão da oferta do ensino primário seriado é, sem dúvida, uma política de fundamental importância para a democratização do acesso ao ensino no campo.

É claro que a solução do problema da educação rural não se resume ao aumento da oferta do ensino público de qualidade e do número de escolas seriadas. No meio rural, onde a incidência da pobreza é maior e o grau de escolaridade da população adulta menor do que no meio urbano, outros fatores responsáveis pelo baixo investimento em educação, como fome, trabalho infantil e desinteresse dos pais pelo estudo dos filhos, são mais graves. Os jovens de famílias pobres, conseqüentemente, tendem a herdar dos mais velhos não só a escassez de

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

terra, produto da enorme concentração fundiária no país, como também uma escolaridade baixa, resultado de uma perversa desigualdade de oportunidade educacional (Ney, 2006).

A mudança no ambiente educacional é um desafio para a redução da concentração da renda rural. O fraco desempenho escolar das famílias de baixa renda limita sua capacidade de desempenhar atividades não-agrícolas bem remuneradas e de desenvolver uma agricultura mais moderna e lucrativa. Ele também limita algumas mudanças institucionais importantes favoráveis à equidade, como a redução do poder político e econômico da oligarquia agrária e o fim da tradição histórica em que os pequenos produtores e empregados rurais dissociam o trabalho do conhecimento (Abramovay, 2003).

Além disso, em qualquer país ou região, o efeito da educação na distribuição da renda depende da heterogeneidade educacional. O nível de desigualdade de oportunidade educacional rural claramente contribui para o surgimento de diferenças de escolaridade na população rural, o que torna ainda mais evidente o papel crucial da democratização do acesso ao ensino na redução da desigualdade de renda. Do total de jovens que completaram a maioridade, 6,3% têm escolaridade inferior a 1 ano, 16,8%, o primário incompleto, 12,3%, o primário completo, 24,1%, o ginásio incompleto, 10,7%, todo o ensino fundamental, 16,7%, o ensino médio incompleto, e 13,1%, o ensino médio completo (ver tabela 2).

Além da capacidade de acesso ao ensino, a expansão educacional da população rural pobre pode ser influenciada por outros fatores, como a migração. Na falta de oportunidade de emprego bem remunerado, por exemplo, quem consegue estudar mais pode se mudar para as cidades, abaixando a média de escolaridade nas famílias de baixa renda. De qualquer forma, o atual nível de desigualdade de oportunidade educacional rural é altíssimo e gera muita heterogeneidade na qualidade da mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho. Por outro lado, o meio rural atualmente não está condenado ao esvaziamento demográfico e oferece novas oportunidades de trabalho em atividades não-agrícolas bastante rentáveis e dinâmicas.

No caso de migração da população relativamente pobre com maior escolaridade para o meio urbano, uma política educacional específica voltada para a democratização do acesso ao ensino no meio rural, embora contribua menos para a redução da concentração da renda em áreas de menor contingente demográfico, favorece a diminuição da desigualdade em todo o país. De acordo com os dados da tabela 2, cerca de 3,2% dos brasileiros com 18 e 19 anos de idade têm escolaridade inferior a 1 ano, 15,5%, o primário incompleto ou completo, 20,0%, o ginásio incompleto, 11,7%, o ensino fundamental completo, 23,8%, o ensino médio incompleto, e 25,7%, o nível médio completo. Conforme pode se observar, a heterogeneidade educacional entre as pessoas que completam a maioridade no Brasil é bastante elevada e caracteriza-se por uma proporção significativa de indivíduos com apenas o nível primário ou com o secundário incompleto.

Como no meio rural, ao contrário do urbano, a evasão escolar dos mais pobres é muito alta em todas as séries iniciais do ensino fundamental, ele abrange uma grande proporção dos jovens brasileiros com baixa escolaridade. As áreas rurais são a situação de domicílio de apenas 30,0% dos jovens que completaram a maioridade no país, mas nelas residem cerca de 58,4% dos que têm menos de 1 ano de estudo, 57,4% dos que têm o primário incompleto e 55,1% dos que têm apenas o primário completo (ver tabela 3). Em relação aos jovens com níveis de escolaridade elevados, elas são o local de residência de 21,1% dos que têm o ensino médio incompleto e de 15,3% dos que concluíram o ensino médio.

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

Tabela 3.- Distribuição percentual dos jovens de 18 e 19 anos de idade com cada nível de escolaridade, conforme grupo econômico e situação de domicílio. Brasil, 2000.

Estatística	Total	<1	1 a 3	4	5 a 7	8	9 a 10	11	≥12
<i>Brasil</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mais pobres	38,8	75,2	76,3	68,8	55,9	39,1	27,7	11,5	2,5
Intermediário	41,3	20,8	21,3	28,6	39,1	49,0	51,1	46,4	19,9
Mais ricos	19,9	4,1	2,4	2,6	5,1	11,9	21,2	42,1	77,6
<i>Todo rural</i>	30,0	58,4	57,4	55,1	36,1	27,5	21,1	15,9	10,8
Mais pobres	11,9	37,8	35,4	27,7	16,1	8,5	4,9	1,4	0,3
Intermediário	12,2	17,9	19,2	22,7	15,7	13,0	10,0	6,0	1,7
Mais ricos	5,9	2,6	2,8	4,8	4,3	5,9	6,2	8,6	8,9
<i>Rural oficial</i>	17,6	43,9	41,9	40,7	21,7	15,1	9,5	5,9	2,9
Mais pobres	6,9	25,8	23,2	17,6	8,8	4,2	2,0	0,5	0,1
Intermediário	7,5	15,9	16,0	18,3	9,7	7,2	4,4	2,1	0,5
Mais ricos	3,2	2,2	2,7	4,9	3,1	3,7	3,0	3,2	2,3
<i>Cidades rurais</i>	12,4	14,5	15,5	14,4	14,5	12,4	11,7	10,1	7,9
Mais pobres	4,9	9,5	10,5	8,4	7,5	4,7	3,4	1,2	0,3
Intermediário	5,1	4,2	4,4	5,2	5,8	5,8	5,5	4,3	1,5
Mais ricos	2,4	0,7	0,6	0,7	1,2	1,9	2,7	4,5	6,1
<i>Todo urbano</i>	70,0	41,6	42,6	44,9	63,9	72,5	78,9	84,1	89,2
Mais pobres	27,0	29,2	32,3	32,6	39,2	33,0	26,4	13,1	2,7
Intermediário	29,2	10,0	9,0	11,2	22,2	32,6	38,7	40,7	22,2
Mais ricos	13,7	2,5	1,2	1,1	2,4	6,9	13,8	30,3	64,2

Fonte: Elaboração dos autores.

Mais da metade dos jovens com somente o ensino primário ou sem nenhum grau de escolaridade em todo o Brasil, por sua vez, pertence ao grupo dos mais pobres ou dos intermediários no meio rural. No primeiro grupo, estão 37,8% dos que têm menos de 1 ano de estudo, 35,4% com o primário incompleto e 27,7% com apenas o primário completo. No segundo grupo, os três percentuais caem, respectivamente, para 17,9%, 19,2% e 22,7%.

Nota-se que a participação da população rural com renda relativamente baixa entre os jovens com pouca escolaridade é bem maior do que a sua participação na população jovem total: 11,9%, no caso do grupo dos mais pobres, e 12,2%, no dos intermediários (ver tabela 3). Outra observação importante é que essa diferença aumenta substancialmente no meio rural oficial, onde o grupo dos mais pobres, embora represente apenas 6,9% do total de brasileiros na faixa etária analisada, abrange cerca de ¼ dos que não têm escolaridade e dos que não concluíram o ensino primário. Ela é, por sua vez, a única situação de domicílio onde a participação do grupo intermediário nos níveis mais baixos de escolaridade é mais alta do que sua participação na população total, o que não acontece nas cidades rurais.

Em suma, a desigualdade de oportunidade educacional rural, ao restringir o acesso da população de baixa renda ao ensino fundamental logo nas séries iniciais, representa um forte obstáculo não só para o desenvolvimento equitativo do meio rural, como também de todo o país. No Brasil, um contingente expressivo de pessoas entra na maioria com pouca escolaridade, e a maioria delas mora em áreas rurais, principalmente nas situadas fora das



sedes dos municípios e dos distritos, ainda que essa seja atualmente a situação de domicílio de uma pequena parcela da população brasileira.

5. CONCLUSÕES

Neste estudo mostramos que, no Brasil, a disponibilidade de recursos familiares é uma variável muito importante na determinação do nível de escolaridade e da qualidade da educação das pessoas ainda em fase escolar. Quem tem pais cujo nível de rendimento é insuficiente para tirar sua família da condição de pobreza tende a se tornar adulto com baixíssima escolaridade, dispondo de uma força de trabalho mal qualificada e remunerada.

Conforme pôde se observar, a desigualdade de oportunidade no acesso ao ensino, em todo o país, começa relativamente baixa e aumenta de forma rápida e sistemática durante todo o ensino básico. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2000, se do total de jovens brasileiros com 18 e 19 anos de idade, no grupo dos mais ricos, mais de 90% conseguiram concluir a 8ª série, o percentual, no grupo dos mais pobres, cai para menos de 36%. Enquanto os jovens do primeiro grupo têm muita chance de ingressar no ensino médio, os do segundo grupo geralmente ficam limitados ao ensino primário e ginásial, o que não só tende a gerar heterogeneidade educacional entre as pessoas que ingressam no mercado de trabalho, como também a restringir a expansão da educação justo no nível em que sua taxa de retorno é maior: depois de nove anos de estudo.

Esse quadro se torna ainda mais preocupante no meio rural. Considerando que o acesso da população pobre à escola é mais difícil no campo do que nas cidades, o ciclo vicioso da reprodução da pobreza, gerado pela enorme desigualdade de oportunidade educacional no país, tende a ser reproduzido com maior intensidade no meio rural. Além disso, grande parte da população pobre do país vive em áreas rurais, onde a incidência da pobreza é bem maior do que nas cidades. Segundo estimativas de Ferreira e Lanjouw (2000, p.9), por exemplo, realizadas nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, com dados da PNAD e da PPV de 1996, cerca de 79% da população total das duas regiões vive em áreas urbanas, mas a *“pobreza está tão difundida nas áreas rurais que 43% de todos os pobres são encontrados nas áreas rurais”*.

Como o meio urbano abrange cerca de 70% da população brasileira, o modelo de aquisição de escolaridade analisado para todo país reflete menos a realidade do meio rural, onde as dificuldades encontradas para a democratização do acesso ensino são bem maiores. No meio rural, a desigualdade de oportunidade começa alta logo na 1ª série e a evasão escolar nas famílias de baixa renda é muito mais elevada durante todo o ensino fundamental. Do total de jovens com 18 e 19 anos de idade, no grupo dos mais pobres, 10,3% têm escolaridade inferior a 1 ano, 36,5% não completaram o primário e 79,1% não concluíram o ensino fundamental. Nas áreas urbanas, quem vive em famílias de baixa renda não encontra muita dificuldade de ingressar e cursar o ensino primário. A evasão escolar acontece, sobretudo, a partir da 5ª série: 86,0% do grupo dos mais pobres completou a 4ª série, mas menos da metade (48,8%) terminou a 8ª série.

Outra diferença é que, no meio urbano, a evasão escolar durante o ensino fundamental se deve mais a uma redução sistemática da demanda por educação do que à escassez na oferta do ensino. No meio rural, os dois problemas são graves, pois há indícios claros de escassez de

**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

escolas com o ensino até a 8ª série nas áreas rurais situadas fora das sedes dos municípios e dos distritos. Nelas, uma proporção expressiva de pessoas pobres não consegue cursar a 1ª série e o abandono escolar é bem mais acentuado na transição da 4ª para a 5ª série do ensino fundamental do que nas séries seguintes. O problema da oferta de ensino se torna ainda mais evidente quando se analisa a presença marcante das escolas multisseriadas: 64% das escolas com o primário são exclusivamente multisseriadas, 19% mistas e 17% seriadas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- BARROS, R. P., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, Ipea, 2001a (Texto para Discussão, nº 800).
- _____. Education and equitable economic development. *Economia*. Niterói, jan. de 2000.
- _____. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Rio de Janeiro, Ipea, 2002 (Texto para discussão nº 857).
- BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. *Perspectiva da economia brasileira - 1994*. Rio de Janeiro, Ipea, 1993.
- BARROS, R. P., MENDONÇA, R., SANTOS, D. D. e QUINTAES, G. *Determinantes do desempenho educacional no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea, 2001b (Texto para discussão nº 834).
- FERREIRA, F. H. G., LANJOUW, P. e NERI, M. *A new poverty profile for Brazil using PPV, PNAD and Census data*. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2000 (Texto para Discussão, nº 418).
- FERREIRA, F. H. G. e LANJOUW, P. *Rural non-agricultural activities and poverty in the brazilian northeast*. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 2000 (Texto para Discussão, nº 428).
- FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea, 2000.
- FILMER, D. e PRITCHETT, L. *The effect of household wealth on education attainment around the world: demographic and health survey evidence*. World Bank, 1998.
- FISHLOW, A. Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. *Dados*. Rio de Janeiro, n.11, 1973.
- GRAZIANO DA SILVA, J., MARC, J. e BIANCHINI, V. *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. CNDRS, MDA e NEAD, Brasília, 2001 (Texto para discussão nº 2).
- HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea, 2000.
- _____. Distribuição da renda no Brasil em 1999. *Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Recife, 2001a.
- HOFFMANN, R. e NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2, jul./dez. de 2004.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra*. Novembro de 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP. *Exame Nacional do Ensino Médio – Relatório Pedagógico 2002*. Disponível: <http://www.inep.gov.br> [capturado em 20 de julho de 2004].
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *Radar Social*. Brasília, IPEA, 2005.
- LANGONI, C. G. *Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1973.
- MENEZES-FILHO, N. A. *A evolução da educação no Brasil e seu impacto no mercado de trabalho*. Instituto Futuro Brasil, março de 2001.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Referências para uma política nacional de educação do campo*. Brasília, 2003.
- NEY, M. G. *Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro*. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2006.
- RAMOS, L. e VIEIRA, M. *Desigualdade de rendimentos no Brasil nas décadas de 80 e 90: evolução e principais determinantes*. Rio de Janeiro, Ipea, 2001 (Texto para Discussão, nº 803).
- SHORROCKS, A. The class of additively decomposable inequality measures. *Econometria*, v.52, p.1369-1385, 1980.
- UEDA, M. E. *Educação e rendimentos: uma abordagem econométrica*. Tese de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2001.
- VEIGA, J. E. *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas, Autores Associados, 2003.